## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2024

(da Sra. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sobre os dados e como está sendo aplicada a Lei 14.069 de 1º de outubro de 2020, que trata sobre o cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, acerca dos dados e como está sendo aplicada a Lei 14.069 de 1º de outubro de 2020, que trata sobre o cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.

Para tanto, requeiro que o Ministro da Justiça e Segurança Pública responda de forma fundamentada o que se pede abaixo, inclusive, com documentos que comprovem as respostas:

- a) Existência de Cadastro: Há no âmbito deste Ministério ou de órgãos vinculados, ações para a realização de um cadastro específico voltado para crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes? Caso afirmativo, solicito informações sobre sua estrutura, abrangência e quais entidades possuem acesso e responsabilidade pela alimentação de dados.
- b) Previsão de Criação: Em caso negativo, existe algum estudo ou planejamento em curso para a criação de um cadastro nacional com essas finalidades, em cumprimento à Lei 14.069/2020?

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000

Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333 dep.silviawaiapi@camara.leg.br







- c) **Setores Competentes**: Quais setores ou departamentos deste Ministério são responsáveis para atuar diretamente na concepção, desenvolvimento e manutenção de tal cadastro, em especial no que se refere à integração com os órgãos de segurança pública, Ministério Público e Poder Judiciário?
- d) Confecção do cadastro: dadas as dificuldades que o país sofreu a partir da decretação da pandemia, pelo advento da Portaria nº 188 de 3 de fevereiro de 2020, até a decretação do fim da calamidade, por meio da portaria GM/GM nº 913 de 22 de abril de 2022, quantos casos de estupro estão registrados no banco de dados criado pela Lei 14.069 de 2020, a partir do término da pandemia?
- e) Forma ostensiva de consulta: onde o cidadão comum pode consultar esses dados de forma ostensiva?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário, relativos aos questionamentos apresentados.

## **JUSTIFICATIVA**

Conforme estabelecido pela Lei nº 14.069/2020, que criou o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, verifica-se a importância de sistemas integrados de monitoramento de condenados por crimes que atentem contra a dignidade e a integridade de pessoas vulneráveis.

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000

Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333 dep.silviawaiapi@camara.leg.br





Diante disso, cumpre ao Parlamento a fiscalização da criação do cadastro específico para condenados por crimes dessa natureza, fundamental não apenas para reforçar medidas de prevenção, mas também para permitir o monitoramento efetivo e o afastamento desses indivíduos de atividades que envolvam contato com crianças e adolescentes.

A inclusão desse instrumento no arcabouço institucional contribui significativamente para a proteção da infância e da juventude, atendendo aos princípios constitucionais de dignidade e segurança.

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, em de novembro de 2024.

Deputada SILVIA WAIÃPI
PL/AP





Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 333 – CEP 70160-9000 Fones: (61) 3215-5333 – 3215-3333 dep.silviawaiapi@camara.leg.br